

Andrade, Ícaro Yure Freire de. A sacralidade da pessoa: entre razão e emoção – Resenha. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 16, n. 48, p. 179-182, dezembro de 2017. ISSN 1676-8965

RESENHA

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

A sacralidade da pessoa: entre razão e emoção - Resenha

The sacrality of the person: between reason and emotion

JOAS, Hans. *A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

As discussões acerca dos direitos humanos ganham cada vez mais proeminência, seja nos espaços acadêmicos, como no âmbito da esfera pública e dos debates a respeito da construção de modelos institucionais e de sociabilidade guiados pela experiência democrática. Apesar do reconhecimento dos direitos humanos como uma pauta que denota urgência, os processos sociais e os valores que possibilitaram a sua existência continuam muito pouco esclarecidos. O livro *A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos*, do sociólogo alemão Hans Joas, aqui resenhado, tem como objetivo apresentar uma nova interpretação sobre os processos sociais e os valores advindos desses direitos, possibilitando o reconhecimento e a legitimidade da pretensão de universalidade dos direitos humanos.

Joas propõe uma genealogia afirmativa como método de exame dos processos que redundaram na noção de sacralização da pessoa. A sacralidade da pessoa é apresentada como um valor de humanidade que tem pretensão a universalização. Para o autor, somente a partir de uma reconstrução histórica,

aliada a uma reinterpretação das dimensões religiosas e morais, pode ser capaz de possibilitar o entendimento acerca dessa noção de pessoa universal que norteia a Declaração dos Direitos Humanos de 1948. Para isso, o sociólogo alemão expõe no decorrer do seu livro uma análise que se pretende uma sociologia histórica, mas tomando como ferramenta auxiliar as interpretações acerca da construção de uma estrutura emocional que tem sua origem no campo religioso e a relação entre essa estrutura e a adesão aos valores, que constituem e possibilitam o reconhecimento da dimensão sacra da pessoa.

Hans Joas nos mostra uma sociologia que toma a moral como problema central. Para ele existem alguns mitos que permeiam a gênese do reconhecimento dos direitos humanos, entre os quais o carisma da razão (p. 26). Para o sociólogo alemão, o que faz com que os indivíduos venham a aderir a valores não é a dimensão racional da ação humana – aqui estabelecendo um debate direto com Max Weber – nem um plano institucional específico, mas a dimensão afetiva em que esses valores são envolvidos assim como as tensões institucionais e de sociabilidade em que esses os indivíduos estão situados.

Para isto, Joas debruça-se sobre o período da Revolução Francesa e des-

constrói algumas ideias a respeito da relação entre a revolução e a religião, assim como consensos a respeito da primeira declaração dos direitos humanos. Diferentemente do que alguns acreditam a Revolução Francesa não foi um movimento antirreligioso em sua totalidade, onde a ideia de religião que era rejeitada por seus ideólogos era a que reconhecia a Igreja enquanto uma instituição política. Hans Joas aponta, inclusive, como alguns valores religiosos se apresentaram enquanto fomentadores da construção dos valores próprios a esse acontecimento histórico. Mostra também a influência que a revolução americana de 1776 teve nos desdobramentos das possibilidades de reconhecimento da dimensão sagrada da pessoa, tendo em vista a forte dimensão religiosa que a permeava. Diferentemente do que foi defendido por Max Weber e a “carismatização” da razão, o que Hans Joas tenta demonstrar sobre essa reinterpretação das revoluções, tanto francesa quanto americana, são os processos que possibilitaram a carismatização da pessoa.

Os efeitos dessa “carismatização” dos sujeitos, que emerge na discussão política e social do período, são observados numa progressiva rejeição no século XVIII, – tema do segundo capítulo, – demonstrada a partir da negação gradativa da punição e do reconhecimento da sacralidade da pessoa. Referente a esses desdobramentos, Hans Joas está debatendo diretamente com a perspectiva *foucaultiana* apresentada em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1997). Diferentemente de Foucault, que reconhece a mudança da tortura para o aprisionamento como consequência do desenvolvimento de uma dimensão disciplinar que tem como objetivo exercer poder sobre os indivíduos, para Joas a negação gradativa da tortura no século XVIII só se torna possível com o desenvolvimento de uma sensibilidade que tende a reconhecer os indivíduos en-

quanto sujeitos humanos, isto é, o encarceramento aparece como desdobramento do reconhecimento da importância da vida humana.

O terceiro capítulo centra-se nos processos de positivação dos traumas sociais e como os mesmos contribuem para a discussão e reconhecimento da dimensão de sacralidade da pessoa. Para Hans Joas, as experiências coletivas que nascem desses traumas sociais, juntamente com os reflexos nas experiências individuais, são os fatores que possibilitam o desenvolvimento de uma sensibilidade que abarque e conscientize o reconhecimento da dimensão universalista pertencente ao humano enquanto gênero. Para afirmar tal posição o sociólogo alemão analisa os movimentos antiescravagistas dos EUA e da Grã-Bretanha e como os mesmos foram envolvidos em valores do âmbito religioso; a negação da escravidão só se consolidou quando a mesma passou a ser encarada enquanto pecado.

O reconhecimento da “alma” e da vida como “dom”, que só se torna possível a partir de uma dimensão religiosa, segundo Joas, aparecem como desdobramentos do processo que culminou na perspectiva de se pensar em uma declaração que pleiteie a universalidade dos direitos humanos, ou seja, como essas noções possibilitam estabelecer uma dimensão que confere um valor sagrado aos seus portadores. A dimensão do sagrado é portadora de dois elementos importantes para o projeto sociológico de Hans Joas: *a certeza subjetiva* e *a intensificação afetiva* (p. 247). Muito mais do que somente afirmar a importância da dimensão religiosa para se pensar o âmbito dos direitos humanos, Hans Joas está fazendo uma crítica a uma sociologia que ignora a dimensão da afetividade ou a coloca em segundo plano, apontando, desta forma, para esta forte dimensão de adesão dos valores que é o campo da sensibilidade.

Metodologicamente, a genealogia afirmativa proposta por Hans Joas parte de uma sociologia que reconheça as pretensões universalistas da sacralização da pessoa e que tenha na dimensão histórica seu aporte analítico, para que se possam entender os processos sociais que permitiram o reconhecimento dessa dimensão universalista de pessoa, onde se teria como base principal uma

(...) teoria da gênese de valores, numa investigação de experiências constitutivas de valores e especialmente de experiências, das quais pode surgir um vínculo afetivo com valores de universalismo moral. (p. 221).

Além do que a rejeição de uma interpretação dos fenômenos sociais por uma perspectiva que tome o desenvolvimento gradativo da racionalidade em detrimento do campo afetivo e religioso.

A dimensão religiosa torna-se uma importante dimensão na sociologia-histórica proposta pelo autor por carregar em seu cerne a dimensão de possibilidade de universalização, assim como a dimensão afetiva que possibilita a adesão aos valores sociais apresentados na noção de sacralidade da pessoa, isto é, onde se torna possível o relevo dado a

(...) suposição de um cerne sagrado de todo ente humano, não adquirido pelas próprias realizações, mas que tampouco pode ser perdido ou destruído. (p. 221)

Hans Joas não reconhece esse desenvolvimento de uma sensibilidade que tem o respeito ao humano como base imune a problemas enfrentados. O sociólogo alemão afirma que o reconhecimento desta dimensão moral universalista é construído a partir de uma série de conflitos, entre os quais se situa pensar a dimensão do individual em contraposição a uma dimensão da pessoa. Dada as circunstâncias e desdobramentos históricos e sociais, é possível que se

note um embate muito bem explícito entre a sacralização universalista da pessoa e a autossacralização do indivíduo privado. Para o autor, a dimensão sacra apresentada como contraponto crítico a uma perspectiva racionalista de direitos só é possível na sua dimensão coletiva e universalista. Indivíduo e pessoa são duas categorias que não são sinônimos.

Mas esse embate não faz com que o reconhecimento dos direitos seja rejeitado, como Hans Joas explica, a negação dos direitos humanos como necessários ou como uma pauta que seja de suma importância para se pensar a democracia, não anula o reconhecimento de sua universalidade, uma vez que se torna necessário que se reconheça algo como possível para que se possa rejeitá-lo. A gênese dos direitos humanos "(...) se desenrola no campo de tensão de práticas, valores e instituições." (p. 247), mantendo desta forma sua dimensão processual e emergente. A desqualificação a quem questiona ou apresenta argumentos favoráveis ou contrários aos direitos humanos só enfatiza a dimensão afetiva da adesão dos valores, segundo Joas.

Finalizando seu argumento em *A sacralidade da Pessoa* Hans Joas aponta para possibilidades em meio às tensões e conflitos dessa pretensão da pessoa enquanto um valor universal. O sociólogo reconhece os obstáculos e ameaças a esse reconhecimento da pessoa, mas traz como maneira de manter a dimensão bem-sucedida deste princípio quando pensada em três termos:

No campo das práticas, trata-se da sensibilização para as experiências de injustiça e violência e de sua articulação. No âmbito dos valores, trata-se da fundamentação argumentativa da pretensão de validade universal, que, no entanto – como se pretendeu mostrar aqui –, não será possível sem que seja permeada com narração. E, no plano das instituições, trata-se das codificações

nacionais bem como globais permitindo que pessoas de culturas bem diferentes se reportem aos mesmos direitos. (p. 275)

A dimensão religiosa analisada por Joas, não age única e exclusivamente a favor do reconhecimento dos direitos humanos. Neste sentido, o autor apresenta como a mesma se colocou diversas vezes como contrária a noções democráticas no percorrer da história. O argumento eminentemente sociológico apresentado pelo Hans Joas no decorrer de sua obra centra-se no reconhecimento dessa dimensão sacra da pessoa como fruto dos desdobramentos históricos e sociais, assim com o resultado direto do desenvolvimento de uma estrutura afetiva – neste ponto o autor traz mais uma vez à tona a importância da relação entre afetos e adesão a moral social retomando assim problemas apresentados por Émile Durkheim em obras como *A Educação moral* (2008). Esses desdobramentos e possibilidades são eminentemente permeados por tensões e conflitos, ou seja, a dimensão dos processos sociais enquanto embates e conflitos e na conseqüentemente construção das dimensões afetivas, dos valores e institucionais.

As contribuições apresentadas em *A sacralidade da pessoa: novas genealogias dos direitos humanos* para o campo da teoria social referem-se ao reconhecimento da relação intrínseca entre valores sociais e sentimentos, assim como a pertinência da interpretação das dinâmicas sociais a partir de uma sociologia que tome a história como ferramenta de percepção dos fenômenos sociais enquanto processos em plena construção, ou seja, a genealogia afirmativa proposta por Hans Joas apresenta-se enquanto “(...) uma tentativa de fundamentação de valor refletida em termos históricos.” (p.197), mas sem com isso esquecer ou anular a dimensão de cunho histórico - realista. É a partir da relação entre essas duas dimensões metodológicas de percepção dos fenômenos sociais que podemos entender a gênese dos valores apresentada pelo autor no decorrer de sua obra.

Referências

- Durkheim, Émile. *A Educação Moral*. Tradução: Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- Foucault, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Ícaro Yure Freire de Andrade